

OZN HEALTH SPE S.A.

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1-4
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
OZN Health SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da OZN Health SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OZN Health SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir aprimoramentos descritos na referida nota explicativa.

Em 18 de março de 2024 emitimos relatório de auditoria com opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Ativos financeiros e receitas de parceria público-privada (“PPPs”)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15 e 7 às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de parceria público-privada (PPPs) é de R\$ 243.864 mil e o ativo financeiro de R\$ 466.872, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023. O ativo classificado como um ativo financeiro, constitui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção prestados. O reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes no contexto de parceria público-privada (PPPs) possuem complexidades quanto à metodologia de cálculo (incluindo taxa de desconto e reajustes anuais) e alocação dos preços de transação entre receitas de operação, receitas de obra e receitas financeiras, bem como as atualizações dos cálculos trimestrais/anuais de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) aos julgamentos realizados pela Administração na mensuração e no reconhecimento do ativo financeiro de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), como, por exemplo, determinação da taxa interna de retorno de cada contrato de concessão (“TIR”), alocação das receitas de construção, operações e financeiras decorrentes da remuneração dos investimentos, bem como a avaliação de impactos de aditivos contratuais, correspondentes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados às atualizações dos ativos financeiros relacionados às PPPs, bem como o correspondente reconhecimento das receitas de operação, receitas de obras e receitas financeiras desses contratos.
- ii) Leitura de contrato de concessão e seus aditivos e recálculo dos fluxos financeiros, à luz da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), com foco na determinação da taxa interna de retorno e dos percentuais de alocação entre receitas de construção, operações e financeiras decorrentes da remuneração dos investimentos.
- iii) Execução de teste, em bases amostrais, para as movimentações ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com a inspeção das documentações suporte aplicáveis, com o objetivo de assegurar a acuracidade de eventuais atualizações efetuadas na modelagem aplicável.
- iv) Avaliação da adequação das divulgações requeridas pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes à parceria público-privada aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Danilo Namura Lombardoso

Contador

CRC nº 1 SP 278829/O-3

OZN HEALTH SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	36.930	19.101	Fornecedores	9	4.831	4.996
Contas a receber	5	74.579	73.789	Fornecedores - "Confirming"	9	13.182	9.999
Impostos a recuperar	6	3.944	3.678	Empréstimos e financiamentos	12	46.137	55.544
Ativo financeiro	7	73.592	85.346	Pis e Cofins diferidos	10	4.762	4.952
Outros ativos		454	315	Impostos e contribuições a recolher	10	2.543	2.376
Total do ativo circulante		<u>189.499</u>	<u>182.229</u>	Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	1.800	2.395
				Dividendos propostos	14	18.181	-
				Obrigações trabalhistas		2.235	2.439
				Outros passivos		404	98
				Total do passivo circulante		<u>94.075</u>	<u>82.799</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		429	13	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	13	283
Aplicações financeiras	4	9.304	9.611	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	109.779	97.874
Impostos a recuperar	6	5.547	-	Empréstimos e financiamentos	12	83.499	127.303
Ativo financeiro	7	393.280	361.326	Impostos e contribuições a recolher	10	823	1.148
Intangível	8	137.810	152.608	Pis e Cofins diferidos	10	38.494	36.665
Total do ativo não circulante		<u>546.370</u>	<u>523.558</u>	Outros passivos		101	-
				Total do passivo não circulante		<u>232.709</u>	<u>263.273</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14	235.908	235.908
				Reserva legal		22.456	18.628
				Reserva de lucros		150.721	105.179
				Total do patrimônio líquido		409.085	359.715
TOTAL DO ATIVO		<u>735.869</u>	<u>705.787</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>735.869</u>	<u>705.787</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	232.553	239.187
CUSTO DE SERVIÇO PRESTADO	16	(54.764)	(56.257)
LUCRO BRUTO		<u>177.789</u>	<u>182.930</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16	(45.537)	(40.118)
Outras despesas (receitas) operacionais	16	<u>498</u>	<u>2.763</u>
		(45.039)	(37.355)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		<u>132.750</u>	<u>145.575</u>
Receita financeira	17	4.150	6.728
Despesa financeira	17	(17.184)	(22.141)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		<u>(13.034)</u>	<u>(15.413)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>119.716</u>	<u>130.162</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	18	(31.260)	(17.532)
Diferido	18	<u>(11.905)</u>	<u>(14.130)</u>
		(43.165)	(31.662)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>76.551</u>	<u>98.500</u>
Resultado básico e diluído por ação	19	0,81	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	76.551	98.500
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>76.551</u>	<u>98.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		235.908	13.703	90.680	-	340.291
Lucro líquido do exercício		-	-	-	98.500	98.500
Distribuição de dividendos intercalares	14	-	-	(36.438)	-	(36.438)
Distribuição de dividendos intermediários	14	-	-	(29.199)	-	(29.199)
Juros sobre capital próprio	14	-	-	(13.439)	-	(13.439)
Constituição de reserva legal	14	-	4.925	-	(4.925)	-
Constituição de retenção de lucros	14	-	-	93.575	(93.575)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		235.908	18.628	105.179	-	359.715
Lucro líquido do exercício		-	-	-	76.551	76.551
Distribuição de dividendos intermediários	14	-	-	(9.000)	-	(9.000)
Constituição de reserva legal	14	-	3.828	-	(3.828)	-
Constituição de dividendos	14	-	-	-	(18.182)	(18.182)
Constituição de retenção de lucros	14	-	-	54.542	(54.542)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		235.908	22.456	150.721	-	409.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		119.716	130.162
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Remuneração de ativo financeiro de concessão	7	(99.582)	(116.923)
Amortização de ativo intangível	16	14.798	14.798
Juros s/ empréstimos, financiamentos e arrendamentos	12	16.641	20.976
Ajuste a valor presente	5	(498)	(2.763)
Provisão e reversão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	(270)	43
Bônus de adimplência	12	(1.320)	(1.530)
Fluxo de caixa operacional antes das movimentações no capital de giro		49.485	44.763
Variação no capital circulante:			
Contas a receber	5	(619)	(18.665)
Impostos a recuperar	6	(5.813)	(1.079)
Ativo financeiro	7	89.458	80.977
Outros ativos e passivos		(147)	(11.771)
Fornecedores e prestadores de serviços	9	(165)	(462)
PIS e COFINS diferidos		1.639	1.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(6.130)	(4.198)
Obrigações trabalhistas		(204)	481
Impostos a recolher	10	(158)	(2.415)
Caixa gerado aplicado nas operações		127.346	89.483
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	11	(25.726)	(12.968)
Pagamento de juros sobre financiamento	12	(17.703)	(21.394)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		83.917	55.121
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(10.076)	(14.048)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(10.076)	(14.048)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Fornecedores e prestadores de serviços - "Confirming"	9	3.510	3.802
Dividendos pagos	14	(9.000)	(65.637)
Juros sobre capital próprio pagos	14	-	(13.439)
Amortização principal de empréstimos	12	(50.829)	(31.915)
Ingresso de empréstimos e financiamentos	12	-	18.889
Aplicação depósitos vinculados	4	307	(1.386)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(56.012)	(89.686)
REDUÇÃO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17.829	(48.613)
Caixa e equivalentes no início do exercício	3	19.101	67.714
Caixa e equivalentes no fim do exercício	3	36.930	19.101
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES		17.829	(48.613)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A OZN Health SPE S.A. (“Companhia”) (Anteriormente Zona Norte Engenharia Manutenção e Gestão de Serviços S.A. SPE) é uma sociedade anônima de propósito específico, com sede na Av. Torquato Tapajós, nº 1.950, Colônia Terra Nova, Manaus - AM. A Companhia foi constituída em 26 de março de 2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital OZN Health de Manaus, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia não realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 2.5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.4 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.4.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.4.2 Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 13.

2.4.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

2.4.4 Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.5.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz.

2.5.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

2.5.4 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

2.5.5 Intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la e o valor a ser recebido depende da demanda. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. Esta estimativa de vida útil é a premissa utilizada para o cálculo de amortização do saldo do intangível.

2.5.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

2.5.7 Empréstimos e financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.5.8 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

2.5.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.5.10 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas de operação

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

Receitas de remuneração do ativo financeiro

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

Receitas de construção

Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada período.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de financiamentos e operações de Confirming da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.5.11 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

- **Valor justo:** utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

2.6 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas do patrimônio líquido (nota explicativa 14), operações de confirming (nota explicativa 9) e imposto de renda e contribuição social (nota explicativa 28). Conseqüentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8. Essas alterações não alteram o balanço patrimonial e demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa originalmente apresentados.

2.7 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis; vigência a partir de 01 de janeiro de 2023.
- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis.
- Alteração IFRS 4 CPC 11 pelo IFRS 17 CPC 50 – Contratos de seguros a norma descreve modelo geral, modificado para contratos de seguros com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. A companhia não possui quaisquer contratos que atendam a definição de contratos de seguros de acordo com CPC 50 (IFRS17).
- Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

2.8 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente.

- Alteração à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Passivo não Circulante com Covenants; e
- Alteração à IAS 7 e a IFRS 7 – Acordo de financiamentos de fornecedores.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos	1.163	360
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	35.767	18.741
	<u>36.930</u>	<u>19.101</u>

- (a) As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 101,14% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (100,00% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
BASA (i)	8.249	8.477
Santander (ii)	1.055	1.134
	<u>9.304</u>	<u>9.611</u>

- (i) Referem-se às contas reservas atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BASA, que conforme Cláusula 9º. Inciso V, I e II (BASA), exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida (o serviço da dívida é o total dos juros pagos e o principal de uma dívida) e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção (O&M).
- (ii) O valor de R\$1.056 em 31 de dezembro de 2023 mantido no ativo não circulante atua como garantia (Cash Colateral) dada pela Companhia junto ao banco Santander, relativo à contratação de instrumento particular de constituição de garantia fiança nº 180118021 e 180117921, visando garantir os Contratos de financiamentos vigentes.

5 CONTAS A RECEBER

Refere-se às contas a receber junto a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à primeira fase do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contraprestação pública	75.455	74.701
Receitas acessórias	8	143
Ajuste a valor presente	(884)	(1.055)
	<u>74.579</u>	<u>73.789</u>

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui contas a receber dado como objeto de garantias de dívidas.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a Vencer	17.117	16.807
Vencidos		
De 1 a 180 dias (i)	17.126	16.815
De 181 a 360 dias (i)	41.220	41.222
Acima de 360 dias	-	-
	<u>75.463</u>	<u>74.844</u>

A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até três contraprestações mensais nos termos do Contrato de Concessão, dado que as notas fiscais foram emitidas e atestadas pelo poder concedente o direito do recebimento é incontestável. A companhia pode acionar a qualquer momento o Fundo de Parcerias Público-Privadas para o recebimento total das contraprestações vencidas.

- (i) A Administração vem discutindo com a SES-AM através de protocolos oficiais o recebimento das parcelas vencidas que estão sendo tratadas junto à negociação de reequilíbrio econômico dos contratos de concessão e devem ser regularizados dentro dos próximos 6 meses.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS/COFINS (a)	5.547	1.069
IRPJ/CSLL (a)	2.967	1.684
Outros	977	925
	<u>9.491</u>	<u>3.678</u>
Curto prazo	3.944	3.678
Longo prazo	5.547	-

(a) Trata-se de impostos retidos sobre serviços prestados e saldo negativo de impostos pagos antecipadamente.

7 ATIVO FINANCEIRO

Saldo em 1 de janeiro de 2022	<u>396.678</u>
Recebimentos	(80.977)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	116.923
Adições	14.048
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>446.672</u>
Curto prazo	85.346
Longo prazo	361.326
Saldo em 1 de janeiro de 2022	<u>446.672</u>
Recebimentos	(89.458)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	99.582
Adições	10.076
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>466.872</u>
Curto prazo	73.592
Longo prazo	393.280

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R\$466.872 em 31 de dezembro de 2023 (R\$446.672 em 31 de dezembro de 2022) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneraram a concessão. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$99.582 (R\$116.923 em 31 de dezembro de 2022), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurada por meio da metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

(*) Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 5,72% em 2023 e 12,30% em 2022, comparado com o ano anterior houve uma variação de 6,58%.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de *impairment* no ativo financeiro.

8 INTANGÍVEL

Corresponde ao direito da Companhia de cobrar pelo uso da infraestrutura ou de explorá-la, junto ao poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Direito de uso de concessão 2023

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2022	265.298
Adições	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	265.298

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(112.690)
Amortização do exercício	(14.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(127.488)

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2022	152.608
Em 31 de dezembro de 2023	137.810

Direito de uso de concessão 2022

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2021	265.298
Adições	-
Saldo em 31 de março de 2022	265.298

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(97.892)
Amortização do exercício	(14.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(112.690)

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2021	167.406
Em 31 de dezembro de 2022	152.608

9 FORNECEDORES

A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores - confirming (a)	14.004	10.495
Ajuste valor presente - Confirming	(822)	(496)
Fornecedores – terceiros	4.831	4.996
	<u>18.013</u>	<u>14.995</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 23.

- (a) A companhia possui convênios de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como “operações de confirming” até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,24% e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial, as quais possuem condições comerciais diferenciadas e, portanto, são classificadas como atividade de financiamento no fluxo de caixa. A companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos e demais condições dos contratos. O principal motivo da transação é para que a antecipação do recebível seja uma alternativa de recebimento para o fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

Movimentação Fornecedores Confirming

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores Confirming	10.495	28.802	(25.293)	14.004
Total	<u>10.495</u>	<u>28.802</u>	<u>(25.293)</u>	<u>14.004</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores Confirming	6.693	4.956	(6.766)	10.495
Total	<u>6.693</u>	<u>4.956</u>	<u>(6.766)</u>	<u>10.495</u>

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis a recolher	298	281
Cofins a recolher	1.372	1.296
Pis e COFINS a recolher (i)	1.065	1.353
Outros impostos	631	594
	<u>3.366</u>	<u>3.524</u>
Circulante	2.543	2.376
Não circulante	823	1.148

- (i) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória N° 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R\$13.745 milhões (incluindo multas e juros). Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de 92 parcelas, restando 53 parcelas a serem pagas mensalmente.
- (ii) Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais.

Pis e Cofins diferido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis e Cofins diferidos	43.256	41.617
	<u>43.256</u>	<u>41.617</u>
Circulante	4.762	4.952
Não circulante	38.494	36.665

A parcela de impostos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ a Recolher	1.079	1.659
CSLL a Recolher	721	736
	<u>1.800</u>	<u>2.395</u>

Conciliação do IRPJ e CSLL corrente:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a pagar 31 de dezembro 2022	1.659	736	2.395
Provisão impostos	22.978	8.281	31.259
Compensação impostos	(6.129)	-	(6.129)
Pagto impostos	(17.429)	(8.297)	(25.726)
Saldo a pagar 31 de dezembro de 2023	1.079	720	1.800

A conciliação do IR e CSLL corrente e diferido está demonstrada na nota explicativa nº 18.

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é demonstrada a seguir. Todos os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R\$). Na nota explicativa nº 22, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Aditivo	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
							31/12/2023	31/12/2022
BASA	Financiamento com garantia (a)	15/12/2014		10/09/2028	7,6% e 8,24% a.a.	150.308	79.080	95.740
BNDES	Financiamento com garantia (a)	15/07/2015		15/08/2027	TJLP +5,20% a.a.	54.001	28.671	34.394
VOTORANTIM	Aval do acionista (b)	13/10/2020	13/01/2022	13/01/2025	CDI + 3,50% a.a.	20.000	6.058	11.203
BOCOM	Aval do acionista (b)	04/11/2020	26/01/2022	04/01/2024	CDI + 2,90% a.a.	6.000	373	4.867
BASA	Aval do acionista	18/03/2021		10/03/2025	104 do CDI% a.a.	1.399	491	868
BANCO DO BRASIL	Aval do acionista	28/06/2021		15/06/2024	160% do CDI a.a.	20.000	4.025	12.104
BASA	Aval do acionista	20/07/2021		15/06/2024	104 do CDI% a.a.	8.000	1.552	4.672
VOTORANTIM	Aval do acionista	22/02/2022		24/02/2025	CDI + 3,50% a.a.	13.889	8.123	13.942
BOCOM	Aval do acionista (c)	03/03/2022		04/03/2024	CDI + 2,90% a.a.	5.000	1.263	5.057
						278.597	129.636	182.847
Circulante							46.137	55.544
Não Circulante							83.499	127.303

- a) As garantias concedidas são: (i) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia tanto das detidas pelos acionistas da Companhia quanto as mantidas em tesouraria; (ii) alienação fiduciária de ativos, e cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes decorrentes da concessão. Conforme mencionado na nota explicativa 4 a empresa possui reservas (e/ou cartas fiança) atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BNDES e ao BASA, que conforme Cláusula 6º, (inciso III, itens ii e iii para BNDES) e cláusula 9º (inciso V, I e II para BASA) exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção.
- b) Em 13 de Janeiro de 2022 foi efetuado o primeiro aditamento referente a cédula de crédito bancário número 10233801 Junto ao banco Votorantim S.A com novos prazos de vencimentos que será quitado em 24 parcelas com carência de 12 meses e término previsto para o dia 13 de janeiro de 2025, as taxas de juros contratadas foram (Taxa DI), acrescido de 3,5000% a.a. base 360 dias.
- c) Em 26 de Janeiro de 2022 foi efetuado o primeiro aditamento referente a cédula de crédito bancário número 602363 junto ao banco Bocom BBM S.A com novos prazos de vencimentos que será quitado em 36 parcelas com carência de 12 meses e término previsto para o dia 04 de janeiro de 2024, as taxas de juros contratadas foram (Taxa DI), acrescido de 2,9000% a.a. base 360 dias.

A movimentação dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Instituição financeira	31/12/2022	Principal		Juros e encargos			31/12/2023
		Adições	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BASA	95.740	-	(14.820)	6.834	(1.303)	(7.371)	79.080
BNDES	34.394	-	(5.449)	3.679	-	(3.953)	28.671
VOTORANTIM	11.203	-	(5.093)	1.394	-	(1.446)	6.058
BOCOM	4.867	-	(4.428)	367	-	(433)	373
BASA	868	-	(396)	110	-	(91)	491
BANCO DO BRASIL	12.104	-	(8.004)	1.607	-	(1.682)	4.025
BASA	4.672	-	(3.096)	260	(17)	(267)	1.552
VOTORANTIM	13.942	-	(5.790)	1.851	-	(1.880)	8.123
BOCOM	5.057	-	(3.753)	539	-	(580)	1.263
	182.847	-	(50.829)	16.641	(1.320)	(17.703)	129.636

Instituição financeira	31/12/2021	Principal		Juros e encargos			31/12/2022
		Adições	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BASA	112.378	-	(14.817)	8.140	(1.482)	(8.479)	95.740
BNDES	39.500	-	(4.904)	4.193	-	(4.395)	34.394
VOTORANTIM	11.187	-	-	1.696	-	(1.680)	11.203
BOCOM	5.553	-	(698)	729	-	(717)	4.867
BASA	1.276	-	(396)	119	-	(131)	868
BANCO DO BRASIL	20.134	-	(8.004)	2.962	-	(2.988)	12.104
BASA	7.793	-	(3.096)	652	(48)	(629)	4.672
VOTORANTIM	-	13.889	-	1.858	-	(1.805)	13.942
BOCOM	-	5.000	-	627	-	(570)	5.057
	197.821	18.889	(31.915)	20.976	(1.530)	(21.394)	182.847

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2025	25.642
2026	24.947
2027	21.613
2028	11.297
	83.499

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas financeiras que tem como período de apuração findo em 31/12 de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração avaliou todas as cláusulas restritivas e concluiu que elas estão sendo cumpridas pela Companhia.

Os contratos de dívida junto aos Bancos BASA, Banco do Brasil e BNDES, contêm cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,1 (um inteiro e 1 décimo), medido anualmente com lastro nos valores apurados nos últimos doze meses constantes das referidas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

BASA

Índice	Limite	12 meses findo em	
		31/12/2023	31/12/2022
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,1	1,5	1,4

Banco do Brasil /BNDES

Índice	Limite	12 meses findo em	
		31/12/2023	31/12/2022
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,1	1,5	1,7

(*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações.

(**) O serviço da dívida corresponde ao pagamento de principal e juros de financiamento.

13 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Trabalhistas

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos provisionados para eventuais perdas em processos trabalhistas perfazem o valor de R\$13 (R\$283 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação das provisões para risco trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2022	Provisão	Baixas	31/12/2023
Trabalhista	283	13	(283)	13
Total	283	13	(283)	13

	31/12/2021	Provisão	Baixas	31/12/2022
Trabalhista	240	73	(30)	283
Total	240	73	(30)	283

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$235.908, representado por 94.500.000 de ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2023			31/12/2022		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%
	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Em 11 de fevereiro de 2022 foi aprovado em ato societário a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, calculado sobre os lucros acumulados de 31 de dezembro de 2021, no valor bruto de R\$4.546 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e seis mil reais), e distribuição e pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$4.530 (quatro milhões, quinhentos e trinta mil reais), nos termos do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os valores foram pagos em 14 de fevereiro de 2022.

Em 23 de junho de 2022 foi aprovado em ato societário a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio à acionista da Companhia, calculados com base nos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020, nos termos do §2º do artigo 24º do Estatuto Social da Companhia; distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2021; e a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros acumulados de 31 de maio de 2022.

Em 12 de dezembro de 2022 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$15.000 (quinze milhões), nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre o balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2022, os valores foram pagos em 14 de dezembro de 2022.

Em 13 de março de 2023 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$9.000 (nove milhões de reais), nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 que foram pagos em 13 de março de 2023.

Conforme quadro demonstrado abaixo:

Ano Base	Juros Capital Próprio	Dividendos Intercalares	Dividendos (reapresentado)	Total
31/12/2019	-	6.910	-	6.910
31/12/2020	8.893	8.364	-	17.257
31/12/2021	4.546	21.164	-	25.710
31/05/2022	-	-	14.199	14.199
30/11/2022	-	-	15.000	15.000
13/03/2023	-	-	9.000	9.000
	13.439	36.438	38.199	88.076

Dividendos mínimos obrigatórios

Resultado do exercício	76.551
(-) Constituição da reserva legal	3.828
(=) Base distribuível	72.723
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	18.181
(=) dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2023	18.181

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva de Lucros	(Reapresentado)	
Saldo início do exercício	105.179	90.680
Distribuição de dividendos intercalares		(36.438)
Distribuição de dividendos intermediários	(9.000)	(29.199)
Juros sobre capital próprio	-	(13.439)
Constituição de dividendos	-	-
Constituição de retenção de lucros	54.542	93.575
Saldo Final do exercício	150.721	105.179

15 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de operação (ii)	134.105	126.510
Receita de remuneração do ativo de concessão (i)	99.582	116.923
Receita de construção (iii)	10.075	14.048
Outras Receitas	102	143
Total de receitas	243.864	257.624
Impostos sobre serviços (iv)	<u>(11.311)</u>	<u>(18.437)</u>
	(11.311)	(18.437)
Total da Receita Líquida	<u>232.553</u>	<u>239.187</u>

- (i) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa nº 7 – Ativo financeiro.
- (ii) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondem ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. Receita de desenvolvimento da infraestrutura foi incorrida na fase de construção e apenas relacionada com a construção do hospital. Esta receita de desenvolvimento da infraestrutura foi reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra.
- (iii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.
- (iv) Os impostos incidentes sobre as receitas operacionais conforme legislação tributária vigentes são: Imposto sobre Serviços – ISS 5%, Programa de Integração Social – PIS 1,65%, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS 7,6%. No dia 05 de maio de 2022 a Companhia entrou com um Mandado de Segurança Cível pleiteando a suspensão de exigibilidade do Pis e da Cofins sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços realizados dentro do limite geográfico da Zona Franca de Manaus. Foi proferida a sentença no dia 09 de junho de 2022 que reconheceu a não incidência do Pis e da Cofins sobre as receitas decorrentes de serviços realizados na Zona Franca de Manaus. A Companhia ficou autorizada a não fazer o recolhimento destes tributos, com a liminar favorável, a administração entende que os valores não são devidos e resolveu efetuar o estorno do Pis e Cofins.

16 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Materiais e serviços de obra	(9.143)	(12.164)
Gasto com pessoal	(17.541)	(18.255)
Serviços de terceiros	(41.259)	(33.592)
Manutenção e Limpeza hospitalar	(12.104)	(10.021)
Depreciação e amortização	(14.798)	(14.798)
Consumíveis e outros	(3.451)	(7.362)
Ajuste a valor presente (a)	498	2.763
Despesa Tributária	(1.986)	(183)
Materiais e serviços de concessão	(19)	-
	<u>(99.803)</u>	<u>(93.612)</u>
Custo de serviço prestado	(54.764)	(56.257)
Despesas gerias e administrativas	(45.537)	(40.118)
Outras despesas (receitas) operacionais	498	2.763

- (a) foi calculado e registrado ajustes a valor presente das operações de contas a receber e fornecedores confirming quando consideradas relevantes esse cálculo foi realizado com base em taxas que refletiam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos. Os juros foram sendo transferidos para o resultado, pelo regime de competência.

17 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.830	5.181
Atualização Monetária	-	3
Descontos obtidos	1.320	1.544
Total de receitas	<u>4.150</u>	<u>6.728</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos.	(16.641)	(20.976)
Juros e multas	-	(34)
Outras despesas financeiras	(543)	(1.131)
Total das despesas	<u>(17.184)</u>	<u>(22.141)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(13.034)</u>	<u>(15.413)</u>

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apresentados no balanço patrimonial

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita (i)	109.779	97.874

(i) Estes impostos diferidos são calculados sobre as despesas ocorridas na fase pré-operacional do Hospital e Pronto Socorro.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	119.716	130.162
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(40.703)	(44.255)
(Adições) exclusões permanentes:		
Tributação Concessão – IN 1700	(765)	(589)
Juros Sobre Capital Próprio	-	4.569
Complemento IR e CSLL da apuração de exercício anterior	(2.022)	6.475
Outros	326	2.117
	(2.461)	12.593
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(43.165)	(31.662)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(31.260)	(17.532)
Diferido	(11.905)	(14.130)
	(43.165)	(31.662)
Alíquota Efetiva	36,06%	24,33%

19 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Numerador		
Resultado Líquido do período	77.435	98.500
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	99.500	129.403
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	<u>0,81</u>	<u>0,76</u>

20 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

	<u>Relação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado			
Custo dos serviços prestados			
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	(6.918)	(5.916)
Opy Serviços Hospitalares S.A	Parte relacionada	<u>(4.822)</u>	<u>(1.162)</u>
		<u>(11.740)</u>	<u>(7.078)</u>

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo.

Ambas são empresas irmãs, controladas pela Holding Opy Healthcare Gestão de Ativos, e presta serviços administrativos e gestão estratégica. Todo o saldo de partes relacionadas foi pago dentro do exercício.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R\$386 em 31 de dezembro de 2022 e para o exercício em 31 de dezembro de 2023 não houve recolhimento.

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2023			Valor Justo
	Valor Contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.163	35.767	36.930	1.163
Aplicações financeiras	-	9.304	9.304	-
Contas a receber de clientes	-	75.463	75.463	-
Ativo financeiro	-	466.872	466.872	-
	1.163	587.406	588.569	1.163
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	129.636	129.636	-
Fornecedores, incluindo confirming	-	18.013	18.013	-
	-	147.649	147.649	-

31/12/2022			
	Valor Contábil		Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
			Nível 1
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	360	18.741	19.101
Aplicações financeiras	-	9.611	-
Contas a receber de clientes	-	73.789	-
Ativo financeiro	-	446.672	-
	360	548.813	19.101
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	182.847	-
Fornecedores, incluindo confirming	-	14.995	-
	-	197.842	-

22 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(b) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7 letra (a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver nota explicativa nº 12).

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Ativo financeiro	466.872	446.021
<i>Passivos</i>		
Empréstimos e financiamentos	79.080	95.740
Exposição líquida a taxas de juros pré-fixadas	<u>387.792</u>	<u>350.281</u>
<u>Exposição a taxas de juros pós-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	35.767	18.741
Aplicações financeiras	9.304	9.611
<i>Passivos</i>		
Empréstimos e financiamentos	50.556	87.107
Exposição líquida a taxas de juros pós-fixada	<u>(5.485)</u>	<u>(58.755)</u>
Exposição líquida total a taxas de juros	<u>382.307</u>	<u>292.177</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2023;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 27 de janeiro de 2024, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majoradas em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Varição CDI	0,11650	0,1165	0,05825	0,0874	0,1456	0,1748
TJLP	Varição TJLP	0,07000	0,0700	0,03500	0,0525	0,0875	0,1050

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Varição CDI	35.767	35.767	33.684	32.642	40.976	42.017
		35.767	35.767	33.684	32.642	40.976	42.017
Efeito de ganho (perda)			-	2.083	3.125	(5.209)	(6.250)
Passivos financeiros		31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Financiamentos	Varição CDI	21.885	21.885	20.610	19.973	25.072	25.709
Financiamentos	Varição TJLP	28.671	28.671	27.668	27.166	31.180	31.681
		50.556	50.556	48.278	47.139	56.252	57.391
Efeito de ganho (perda)			-	2.278	3.417	(5.696)	(6.835)
Efeito de ganho (perda), líquido			-	4.362	6.543	(10.904)	(13.085)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 12,30% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

23 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

31/12/2023				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Tokio Marine Seguradora S.A	Risco Operacional	0000000326	dez/2023 a dez/2024	591.103
Sompo Seguros S.A	Resp. Civil	0510000381	Jun/2023 a Jun/2024	15.000
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Seguro e Garantia	1942200000	mai/2023 a mai/2024	3.897
				610.000

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$3.897.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão do relatório, não houve nenhum evento subsequente significativo que possa gerar algum impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

25 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 29 de agosto de 2024.

DIRETOR DE OPERAÇÕES

Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3